

## **Ponto de Vista – Claudia Werneck**

A publicidade brasileira desliza quando aborda questões referentes à deficiência?

- O deslize clássico é o de confundir a pessoa com deficiência com a imagem da 'coitadinha'. Hoje, há a valorização da imagem do herói, que supera limites. Esta abordagem foi comum nos Jogos Parapan-Americanos, no Rio de Janeiro. Pessoas com deficiência não são sempre vítimas e também não são, obrigatoriamente, heróis. Quando há a inabilidade, ela é de toda a sociedade.

Como a deficiência pode ser abordada sem adotar um tom piegas ou inadequado?

- O ideal é que o assunto torne-se uma preocupação diária e deixe de ser valorizado só em dias de festas. Entenda: o lançamento de um produto pode ter um cadeirante no filme; uma pessoa cega pode falar em uma matéria sobre o livro que está lendo. As mensagens deveriam ser adequadas para eles. As campanhas contra Aids, que não usam a Linguagem Brasileira de Sinais, deixam de atingir um público significativo, os deficientes auditivos, que apresentam índices significativos de evolução da doença.

Por que não se deve utilizar o termo portador de deficiência?

- Ninguém carrega necessariamente sua deficiência como um fardo e vez por outra descansa dele. Como também ninguém é 'portador de olhos azuis', pois não há como dissociarmos os olhos da pessoa. E esta palavra não cria relação de direito-dever entre pessoas com e sem deficiências, como se este fosse um problema apenas do 'portador' e de seus familiares.

Cite um exemplo de campanha publicitária que acertou.

- O Ministério da Educação (MEC) tem acertado. Em 2001, com o slogan Toda criança na escola, deixava claro que qualquer criança matriculada tinha futuro, inclusive as crianças com deficiência. E este ano exibiu um filme com crianças na porta da escola, no qual se via um cadeirante. Aí

há o uso de uma situação corriqueira que naturalmente insere o deficiente físico.

Cite um exemplo de campanha publicitária que errou feio.

- A do Programa Diversidade CPFL. O slogan A CPFL dando uma força para a pessoa com deficiência trabalhar confunde o exercício de direitos com a distribuição de concessões. Ela é deseducativa, pois faz parecer que o exercício de direitos depende da força das empresas, quando é normativa constitucional e obrigação.

Fonte: Jb online